

PEDRO CALMON

História do Brasil

Século XIX ♦ O Império e
a ordem liberal

Apresentação
Thomas Giulliano



Sumário

Apresentação — <i>Thomas Giulliano</i>	17
I - AMÉRICA E EUROPA	
Perplexidade.....	31
Esperanças americanas.....	32
Conquista das missões.....	33
II - A CORTE NO BRASIL	
Opção.....	35
O último recurso.....	35
Invasão de Junot.....	37
O embarque da corte.....	38
Na Bahia.....	38
Abertura dos portos.....	39
Ensino e fábricas.....	41
III - O GRANDE GOVERNO	
Linhares.....	43
A instalação da família real.....	44
Atos decisivos.....	45
O surto comercial.....	48
Cidade nova.....	49
Progresso.....	50
Estrangeiros ilustres.....	51
Política exterior do príncipe.....	54
Conquista de Caiena.....	55
IV - A POLÍTICA DE D. JOÃO VI	
A princesa e o Prata.....	57
Os distúrbios iniciais.....	59

Diplomacia de Strangford	60
Artigas	62
O príncipe, instrumento de represália... ..	63
Brasil Reino	64
Conde da Barca.....	65
Divisão de voluntários.....	67
D. João VI	67
A conquista.....	68
Guerra de Artigas.....	68
Corsários.....	70
A ocupação	70
Anexação	72
V - PROSPERIDADE GERAL	
O Conde dos Arcos.....	73
Norte e Sul.....	75
Província do Rio	77
Minas Gerais	78
Goiás e Mato Grosso.....	79
A mão-de-obra	79
VI - 6 DE MARÇO DE 1817	
O estado de espírito	81
A revolta.....	82
Vós, patriotas	84
Forças sociais	85
VII - EXPANSÃO DO MOVIMENTO	
Pelas províncias	89
Repressão	90
Ações de guerra.....	91
Epílogo	92
VIII - D. JOÃO VI	
2ª divisão	95
Os estrangeiros e o Brasil	96

História de um rapto.....	96
Regozijos e festas.....	97
A aclamação.....	98

IX - A REVOLUÇÃO DE 1820

Sob o signo da divergência	101
A trama liberal	102
Palmela	102
No Pará e na Bahia	103
Sublevação na corte.....	105
A capitulação do rei.....	107
Quando ressurgiu a força	108

X - O PRÍNCIPE D. PEDRO

O homem	111
A regência	111
Idéia brasileira.....	113
De Coimbra.....	114
José Bonifácio	115
A sedição de Goiana.....	117
A solução monárquica	117

XI - O PRÍNCIPE FICOU!

O movimento de opinião	119
9 de janeiro	120
Expulsão de Avilez	121
Conselhos de procuradores.....	122
Deputados em Lisboa.....	122
As juntas provinciais	123
Viagem a Minas	124
A luta na Bahia	125
Defensor perpétuo	127

XII - FUNDAÇÃO DO IMPÉRIO

Jornada a São Paulo	129
---------------------------	-----

Ipiranga	130
Imperador	131
A primeira contenda.....	132

XIII - A GUERRA DA INDEPENDÊNCIA

A armada imperial	135
Libertação da Bahia	136
Piauí e Maranhão.....	139
De Jenipapo a Caxias.....	140
28 de julho.....	141
No Pará.....	142
O último reduto.....	142

XIV - A CONSTITUINTE

A tribuna política	145
Os representantes	145
Destituição dos Andradas	147
O projeto	148
A dissolução	148

XV - O PRIMEIRO REINADO

Choque de idéias.....	151
A Constituição.....	151
Resistência	152

XVI - CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

As agitações do Recife.....	155
À luz das idéias.....	156
Rompimento	157
Confederação!	157
Vitória da boa ordem	158
No sertão, um herói... ..	159
Deserção de Cochrane	161
“Periquitos”	161
Reconhecimento do império	162

Sem dinheiro.....	165
Ordem e reação.....	166

XVII - GUERRA DAS PROVÍNCIAS UNIDAS

Inquietação cisplatina.....	167
Intrigas de emigrados.....	168
Bolívar e o império.....	168
A sublevação uruguaia	169
Passo do Rosário	170
Os famosos tratados.....	172
A mediação inevitável	173
Paz de 1828.....	175

XVIII - D. PEDRO I E OS LIBERAIS

O poder representativo.....	177
Parlamentarismo	178
Leis importantes	178
Más finanças.....	180
A sucessão portuguesa.....	181
Barbacena	182
“Colunas” e “jardineira”.....	184
Turbulência.....	185
Abdicação	187

XIX - A REGÊNCIA

Solução prudente	189
Recuo.....	189
Correntes	190
As sociedades	191
Feijó no governo.....	192
Contra a desordem.....	192
Os africanos.....	194
Restauradores.....	194
O Senado.....	195
O fracassado golpe de Estado.....	196

Os caramurus dominados	196
O código de processo	197
Desagregação	199
Nas províncias.....	199
A revolta de Ouro Preto	201
O ato adicional	202
XX - O PERÍODO DE FEIJÓ	
O regente forte.....	205
Farrapos	205
Cabanos.....	207
A fronteira do Norte	208
Declínio da Revolução	209
A República de Piratini.....	210
A queda de Feijó	211
Dois partidos	212
XXI - A REAÇÃO MONÁRQUICA	
Ministério das capacidades.....	213
A sabinada	213
Retrocesso.....	215
Recrudescência da luta	217
Balaiada	219
O pacificador	220
XXII - O SEGUNDO REINADO	
Maioridade do imperador	221
“Quero já!”	222
A subida dos liberais.....	223
Coroação de D. Pedro II.....	225
Leis reacionárias.....	226
XXIII - AS AGITAÇÕES LIBERAIS	
O erro de 1842.....	229
Levante em Sorocaba	229

Revolução em Minas.....	231
A pacificação do Rio Grande.....	232
Oribe e Rosas.....	233
Pacificação	234
XXIV - O PODER IMPERIAL	
Predomínio conservador	235
O tratado inglês	237
XXV - O CÓDIGO NEGRO	
A grande razão	239
Números.....	239
Negociantes	240
O contrabando.....	241
Raças desavindas.....	241
O motivo econômico	242
XXVI - O GRANDE JOGO	
Medidas radicais	243
A tarifa de 1843.....	243
Neutralidade?.....	244
Reconhecimento do Paraguai.....	244
“Atrás da cortina”	245
Liberais divididos.....	246
Ascensão dos conservadores	248
A revolta praieira.....	249
XXVII - O APOGEU DO IMPÉRIO	
Governo forte.....	251
Primeiros tiros.....	251
Extinção do tráfico.....	252
Febre amarela.....	253
Califórnia.....	253
Plano de guerra	254

XXVIII - A INTERVENÇÃO NO PRATA

A situação	255
Onde aparece o negociante	255
As alianças	256
Às armas	257
Os tratados uruguaiois	258
Caseros	259

XXIX - ECONOMIA, CIVILIZAÇÃO E PROGRESSO

Quadro geral.....	261
Bancos	263
Finanças do Estado	263
Trabalho e colonização.....	264
O café	265
Mauá	265
Renovação urbana.....	266
Luzes da corte	268
Telégrafo	269
Estradas	269
Ferrovias	270
Navegação.....	272
Projeção comercial	272

XXX - A CONCILIAÇÃO

Poder providencial	273
A fórmula da conciliação.....	273
Novas províncias.....	274
Cidades novas	274
Ministério de Paraná.....	275
O cólera	276
A liga	276
Questão bancária	277
Epílogo da conciliação	278
1860.....	278
1862	280

XXXI - QUESTÕES INTERNACIONAIS

Fraqueza e... força	281
A abertura do Amazonas.....	281
A questão de Christie.....	283
O “lenço branco”	284
Crise uruguaia	286
<i>Casus Belli</i>	287
Pródromos da “guerra grande”	287

XXXII - GUERRA DO PARAGUAI

Os antecedentes	289
O segundo López.....	290
Invasão de Mato Grosso.....	291
Improvisação militar	292
Política parlamentar	293
E as alianças?	293

XXXIII - BANDEIRAS DA TRÍPLICE ALIANÇA

Preliminares psicológicos	295
Tríplice aliança.....	296
Apoio externo	296
Laguna.....	297
Riachuelo.....	298
Uruguaiana.....	298
A campanha.....	299
Passo da Pátria	300
Tuiuti.....	301
A frente fluvial	303
Curupaiti	303
A estrela de Caxias.....	304
3 de novembro	306
Humaitá	306
Batalhas de dezembro	308
O Conde d’Eu	309
O fim da guerra	309

Epílogo	311
XXXIV - PAZ E LIMITES	
O problema da paz.....	313
Tratados de 1872.....	313
Entendimentos e concórdia	314
Os limites do Brasil.....	315
XXXV - EVOLUÇÃO E REVOLUÇÃO	
A volta dos conservadores.....	317
Surgem os republicanos.....	317
Escaramuças	318
Oposição liberal.....	319
A questão abolicionista.....	319
XXXVI - O IMPERIAL LIBERALISMO	
Após-guerra	321
A emancipação prevista.....	321
Visconde do Rio Branco	322
A lei do ventre livre	323
Questão dos bispos.....	325
A ação de Roma	326
Caxias no governo.....	327
Questão eleitoral	327
XXXVII - EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA	
Donos da idéia	329
O ministério de Sinimbu	329
Ministério de Saraiva	330
Eleição honesta	331
Ministério de Martinho Campos	331
Ministério de Paranaguá	332
Ministério de Lafayette	332
O caso do Corsário	332
Gabinete Dantas	334

XXXVIII - ABOLICIONISMO

Movimento de idéias.....	335
Medidas protelatórias.....	336
Conservadores de cima.....	337
A questão militar.....	338
O imperador e o regime.....	339
Terceira regência.....	341
A princesa à frente.....	342
Lei áurea.....	343

XXXIX - 1889

Ano simbólico.....	347
Ministério de Ouro Preto.....	348
Ambiente econômico.....	349
De junho a novembro.....	349

XL - A REPÚBLICA

15 de novembro.....	353
Bastidores.....	355
Fato consumado.....	355

XLI - A CULTURA NO IMPÉRIO

Classificação.....	359
Época de Cairu.....	359
Economistas.....	360
Educação.....	361
Instrução pública.....	361
O colégio.....	362
O livro.....	363
Associações.....	364

XLII - A EMANCIPAÇÃO INTELECTUAL

Personalidade da pátria.....	367
Imprensa.....	367
Poesia.....	369

O poema.....	370
Líricos e patrióticos.....	371
Prosadores.....	372
A língua.....	374
Crítica.....	375
Ensaio políticos.....	376
Eloquência.....	377
Teatro.....	379
História.....	380
Geografia.....	381
O sertão.....	382

XLIII - AS CIÊNCIAS E A NAÇÃO

Ciências naturais.....	385
Explorações brasileiras.....	386
Jardins e estrelas.....	387
Engenharia.....	387
Pioneiros de fora.....	388
Direito.....	389
Medicina.....	391

XLIV - ARTES E IDÉIAS

Belas-artes.....	395
Escultura.....	396
Arquitetos.....	396
Pintores.....	398
Música.....	400
Filosofia.....	401
Realidades brasileiras.....	403
Síntese.....	404

Índice remissivo.....	407
------------------------------	------------

APRESENTAÇÃO

Pedro Calmon não merecia, não merece e não merecerá nunca o desprezo

A sociedade brasileira, como uma paisagem, é um sistema cuja estrutura e evolução são determinadas por múltiplos fatores. Considerá-los na indissociável coesão que os une é fundamental se quisermos compreender o funcionamento da história nacional. Historicamente, não somos órfãos de pais desconhecidos. A continuidade, que não significa indiferença aos dramas herdados, é uma consciência própria do homem. Diante do passado, temos a percepção de nossa individualidade e com a história compreendemos o que os homens foram, fizeram, conseguiram. Se sássemos da história, tombaríamos no nada. Pensá-la é vê-la no reino do possível.

Desde a invenção da escrita, o registro de experiências humanas informa que recebemos do passado um conjunto de valores, necessidades e crises. Da luz elétrica aos livros de Graciliano Ramos, sem ignorar a falta de saneamento básico pleno e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o passado sempre deixa a sua herança. A História sempre lida com eventos que aconteceram em um tempo. Não é uma manipulação, mas o descobrimento de realidades próprias do passado, enquanto a historiografia, constituída como o campo privilegiado de recolha de materiais humanos, é o estudo das variações dos comportamentos dos homens do passado. Descortinar o passado é exprimir um diálogo explicativo, por meio das fontes históricas, acerca de eventos singulares e não mais existentes. O passado, enquanto conjunto descontínuo de fatos verdadeiros e mutilados, não é um ser, mas um cruzamento de itinerários. Sem a história, vemo-nos privados de falar das origens de que brotamos e que nos sustentam.

A pesquisa historiográfica, diametralmente oposta à ficção, transforma o passado em fenômeno do conhecimento e não se contenta com o interior das coisas, mas apreende, no seu exterior, o significado dado pelo homem. Dotada de um caráter temporalmente transcendente, é um lugar ontológico privilegiado, onde o homem pode viver e contemplar, através de personagens variadas, a plenitude da sua condição, transportando-se imaginariamente para outro tempo. O ato de explicar a substancialidade do passado não é somente o de unificar ou familiarizar a aparência com o aspecto de um grande princípio, ou a realização da condição autoconsciente e livre dos homens, mas é uma apreensão das realidades não dadas que se revela por meio do dado.

Toda pesquisa histórica anda sempre às voltas com a linha difusa entre resgatar a experiência daqueles que viveram os fatos, interpelar seu sentido e reconhecer nessa experiência seu caráter inconcluso. A historiografia examina o ponto do contato da palavra com a realidade concreta do objeto examinado. É um instrumento privilegiado de decifração do mundo. Encontrar o verdadeiro sentido das palavras contidas em um texto é tarefa que se impõe a qualquer historiador que deseja transformar em compreensão histórica o seu estado inicial de incompreensão semântica. Historiar é uma atividade intelectual, composta por tudo o que um historiador pode aprender: leituras e convivências, por idas e vindas entre os documentos, alocação de seus interesses intelectuais, um esforço de imaginação em fazer reviver o tempo estudado. Qualquer historiador, para produzir bons significados sobre um tempo irreversível, precisa de uma atenção constantemente voltada para os múltiplos objetos que exprimem os vestígios esparsos do passado.

O historiador que conhece os eventos apenas em sua ordem cronológica não descortina os indivíduos em meio aos fatos, mesmo que correspondentes à dimensão episódica da narrativa. Esse tipo de erro insere o heterogêneo psíquico em uma homogênea superestrutura psíquica. Enquanto a história é feita de acontecimentos, a historiografia é a tentativa de composição de certas totalidades temporais, extraídas do fluir histórico e firmadas num cálculo cronológico. Não chega a ser historiador aquele que simplesmente trabalha com afinco nos arquivos. Para o historiador, a determinação da veracidade de documentos é uma tarefa preliminar. Deve-se devolver o fato à sua totalidade em busca de uma compreensão da vida humana. A leitura de um documento é como conversar com um ser de papel. Pacientemente, o historiador faz perguntas que possibilitam a reflexão sobre as diferenças entre a realidade, o perceber e o imaginar da essência analisada. Seu pensamento reflexivo pertence, antes de tudo, às categorias do pensamento comparativo, no qual, cada fonte histórica, com seus diferentes tipos, representa um universo aberto onde o seu intérprete pode descobrir infinitas interconexões. No presente e no passado, ser historiador sempre exigiu erudição e sensibilidade no tratamento de fontes. A alma dessa compreensão é forjada na luta que o pensamento conceptual do historiador estabelece contra o drama da palavra. Ao fazer mais que acatar o critério da evidência aparentemente imediata, o historiador percebe que em cada documento de uma mesma temporalidade há diferentes vozes.

Evitar conclusões apressadas ou rígidas é uma condição essencial para não transformar a especificidade do fato histórico em um acontecimento indistinto. As motivações morais implicadas nos fatos analisados podem ajudar a compreender a história, mas não são os objetos da explicação histórica. Há diferenças entre a história como fato e o registro escrito dos fatos. Fundada na diversidade dos homens e tempos históricos, a história não é um conhecimento de intenções, mas dos fatos livres realmente executados. O bom historiador não é um mero colecionador, mas um operário da verdade pretérita. Seus pensamentos e aspirações se dirigem à construção humana sobre a reflexão, sobre o saber. A história se dirige ao conhecimento da ação humana. A transformação desse depósito de múltiplas matérias-primas individuais em uma estrutura lógica é um dos ofícios dos historiadores. Descobrir realidades próprias do

passado, constituídas enquanto resultados das decisões dos homens concretos, requer esforço. Enquanto homens, somos hóspedes de um momento da história.

A história integra a existência humana através de uma reunião de passados, individuais ou coletivos. O fato histórico é a ação humana realizada singularmente no tempo. Por mais ampla que seja a causa histórica, a sua recepção é sempre individual. Como escreveu Ortega y Gasset: “Eu sou eu e minha circunstância, e se não salvo a ela, não me salvo a mim”. Originalmente, o sujeito da história é o indivíduo, que, por sua essência *sociālis*, engaja-se em totalidades coletivas detentoras de vínculos que aproximam os homens na realização de projetos de vida. Do trabalho corporativo à família, exemplos não faltam para enfatizar que o vínculo social permeia a história. Inescapavelmente, tupinambá ou esquimó, o homem nasce no seio de uma sociedade e faz sua vida em seu meio. Do mais remoto núcleo familiar ao mais abrangente tema global, é sempre inimaginável um fato histórico que não seja também social. Evidenciar a especificidade humana em nada invalida a certeza de que o indivíduo é meio e instrumento da história.

A verdade existe, inclusive nesses tempos em que o rigor intelectual passa longe de ser difundido. Afirmar a sua existência é uma condição para o desenvolvimento de qualquer pesquisa historiográfica. A questão da verdade na história é capital. Se não há certeza, não há verdade; nem o mínimo de coesão social. Fora da verdade, nada pode ser verdadeiro. Abandoná-la leva ao nada. Se cada um tem a sua verdade, por que não posso afirmar que Machado de Assis foi um hipopótamo membro da Al-Qaeda?

O que perguntei é incognoscível porque desarticula a consciência natural do mundo fenomênico e a ordem do conhecimento. Na nossa consciência, ordenamos e elaboramos o material sensível em relação às formas *a priori* da intuição e do entendimento. A nossa convicção da realidade de que Machado de Assis não era um hipopótamo é o resultado da soma de um raciocínio lógico com a vivência imediata numa experiência da realidade. O conhecimento consiste em forjar uma imagem do objeto; e a verdade do conhecimento é a concordância desta imagem com o objeto. Nem tudo é questão de ponto de vista. Na história, há divisão entre os objetos reais e ideais; é real tudo o que nos é dado pela experiência histórica. Para o realista, o verdadeiro existe fora e independentemente da nossa consciência, enquanto para o idealista o verdadeiro não existe pura e simplesmente, mas necessita ser concebido.

Na generalidade nada mais representativo do que a cegueira. A impossibilidade de esgotamento da verdade é tomada como prova de sua inexistência, e a subordinação dela à vontade para tirar a limpo convenções entendidas como arbitrárias é confundida com negação da unidade entre o pensamento subjetivo e o objetivo. Nessa babel, impregnada de idealismo lingüístico, além dos problemas hermenêuticos, deve-se levar em conta as conseqüências dessa predisposição para se multiplicar uma importância pessoal. Esse idealismo reduz o ser das coisas percebidas e distingue o dado da percepção e a própria percepção. Suprimida a realidade aparente, sustenta a tese de que não há coisas reais, independentes da consciência.

Sucessão e dimensão episódica indicam a ordem dos acontecimentos; totalidade temporal e seqüências de enunciados indicam a ordem do discurso. O passado pos-